

PS e PCP tentam no Parlamento impedir encerramento de 47 tribunais

Após três anos de reformas impostas pela *troika*, não se sente particular melhoria na eficiência do sistema judicial, apesar de aspectos positivos

Mariana Oliveira

Decorre hoje uma das principais batalhas na contestação à reforma do mapa judiciário aprovada pelo Governo, com o PS e o PCP a obrigarem o executivo a discutir no Parlamento o modelo decidido em Conselho de Ministros e que irá implicar o encerramento de 47 tribunais. Os dois partidos da oposição vão tentar impedir os fechos anunciados, adiar o arranque da reforma e introduzir alterações na configuração do mapa judiciário que a ministra da Justiça quer que arranque a 1 de Setembro.

Esta discussão surge quando o país está a dias de terminar o programa de ajustamento acordado com a *troika*, altura em que o PÚBLICO faz um balanço dos quase três anos sobre a assinatura do memorando de entendimento, em Maio de 2011. Os actores judiciais ouvidos pelo PÚBLICO concordam que as reformas lançadas não trouxeram melhorias significativas na eficiência do sistema judicial, apesar de alguns apontarem aspectos positivos, como o novo Código de Processo Civil. Muitos destacam que a reforma mais estrutural do sector, a reorganização do funcionamento dos tribunais, ainda não saiu do papel, e temem as consequências de se avançar com o novo mapa judicial "de forma atropelada".

O adiamento do arranque da reforma, para Setembro de 2015, é aliás uma das propostas que serão hoje apresentadas pelo PCP no Parlamento. O deputado comunista António Filipe explica que o partido irá avançar com 25 propostas de alteração do diploma que regulamentou o mapa judiciário e que foi aprovado em Conselho de Ministros a 20 de Fevereiro. "Vamos propor alterações em cada uma das 23 comarcas criadas por este modelo. No essencial vamos propor que nenhum tribunal encerre e que os tribunais de competência especializada que existem se mantenham e que os novos previstos nesta reforma tenham uma competência apenas municipal e não distrital."

E exemplifica: "No distrito de Santarém prevê-se a criação de um Juízo de Execução no Entroncamento com

competência para todo o distrito, o que significa que qualquer cidadão que queira intentar uma acção de cobrança de dívida terá de se deslocar ao Entroncamento." O PCP propõe "que se mantenha esse juízo de execução, mas com competência apenas para o município do Entroncamento e não para todo o distrito".

O PS também concorda que o modelo aprovado pelo Governo afasta "gravosamente as populações do acesso efectivo à Justiça", não apenas devido ao encerramento de tribunais, mas sobretudo pela concentração das acções mais importantes nas sedes de distrito. "Este modelo exagera na centralização. Mesmo os tribunais que não fecham e se transformam em secções locais só vão tratar dos processos mais simples. Os de maior valor ou de maior gravidade penal serão julgados na sede do distrito, para onde advogados e testemunhas terão de se deslocar", critica o deputado socialista Jorge Lacão. O parlamentar adianta que o PS vai tentar aprovar hoje a cessação da vigência da reforma do mapa judiciário, mas reconhece que é muito difícil a proposta ser aceite devido ao apoio da maioria parlamentar de direita. Lacão refere que o PS pretende apresentar hoje propostas para minorar os efeitos desta reforma, sem desvendar o conteúdo.

Num balanço sem filiação partidária, Conceição Gomes, coordenadora do Observatório Permanente da Justiça (OPJ), considera que as reformas realizadas nos últimos três anos não resultaram numa melhor eficiência do sistema de Justiça. "A percepção que as pessoas têm é que a Justiça está mais cara, mais difícil de aceder e não se sentem melhorias na eficiência e na eficácia do sistema", resume a jurista doutorada em Sociologia. Conceição Gomes reconhece aspectos positivos, nomeadamente no campo da acção executiva, mas considera que não se atacaram os principais bloqueios do sistema. "O memorando fez uma aposta muito selectiva das reformas nesta área concentradas essencialmente no impacto da Justiça na economia e na cobrança de dívidas", sustenta.

A coordenadora do OPJ, que inte-



Terminou 12.ª e última avaliação da troika

Resultados da última avaliação ao programa de ajustamento serão apresentados hoje, às 13h

A 12.ª e última avaliação regular da *troika* ao programa de ajustamento já acabou e os resultados serão apresentados hoje às 13h, em conferência de imprensa, adiantou ontem ao início da noite à Lusa fonte do Governo.

A informação foi dada após ter terminado uma reunião que decorria desde o meio da tarde. No encontro, estiveram presentes o vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, e o secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, Carlos Moedas.

Os chefes da missão da *troika* em Portugal iniciaram

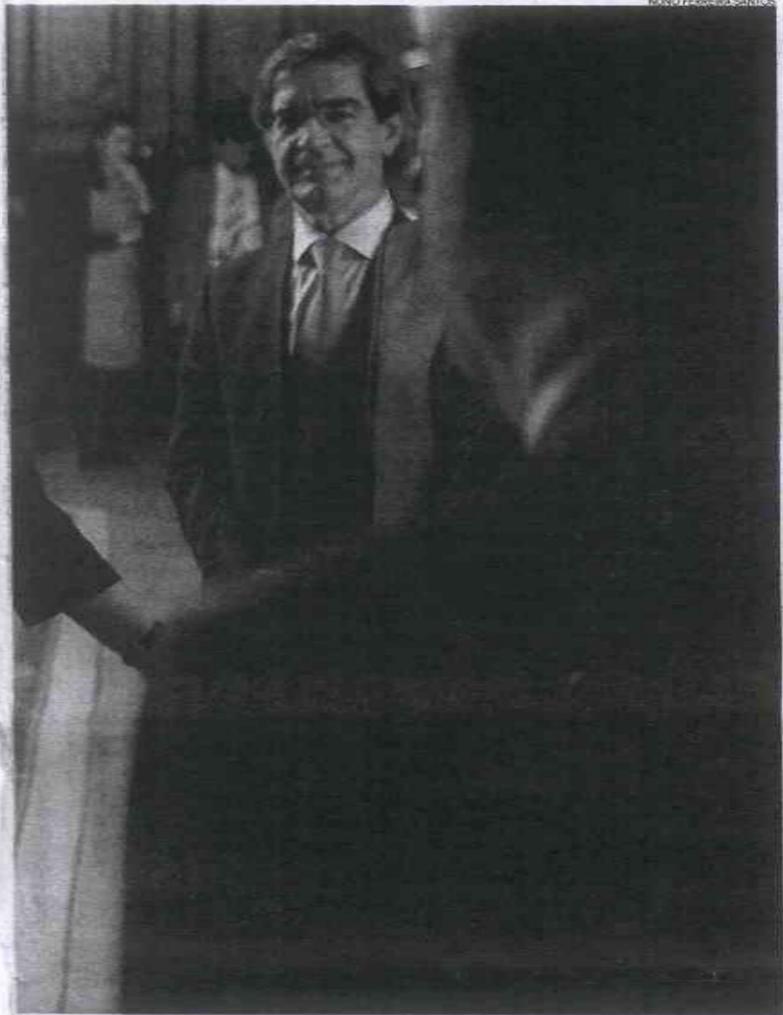
a 22 de Abril o último exame regular ao Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), com a tabela dos suplementos salariais na função pública, a tabela salarial única dos trabalhadores do Estado e o sistema de pensões entre os temas "mais quentes" em discussão.



gra o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, recorda que os litígios que mais interferem com os direitos das pessoas correm nos tribunais administrativos e, aqui, a *troika* não impôs qualquer reforma (está em curso a revisão de grande parte dos diplomas estruturantes desta área, mas as alterações ainda não estão aprovadas). Conceição Gomes lamenta que parte das reformas lançadas não tenha sido alicerçadas em estudos ou dados sólidos.

Destacando a importância do novo mapa judicial e reconhecendo que pode ser um grande motor de mudanças no sector da Justiça, a coordenadora do OPJ aconselha o adiamento da entrada em vigor da reforma. "Há potencialidades na lei, mas não existem condições práticas para avançar em Setembro", considera. E lembra que só esta semana uma parte dos juízes presidentes das novas comarcas tomou posse, faltando ainda a nomeação dos administradores judiciais e estando suspensa por decisão do Supremo a posse de

Ministra quer que novo mapa judiciário arranque a 1 de Setembro



Sinais positivos nos oito meses de vigência das novas regras do Processo Civil

Mariana Oliveira

Todos concordam que ainda é cedo para fazer grandes avaliações, numa altura em que ainda não existem estatísticas sobre o efeito prático do novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor fez ontem oito meses. Mas a percepção de juizes, advogados, funcionários judiciais e professores universitários é que já é possível detectar efeitos positivos decorrentes das novas regras. Menos adiamentos de audiências de julgamento, os processos a correr de forma mais célere e menos acções executivas pendentes são os mais repetidos.

Conceição Gomes, coordenadora do Observatório Permanente da Justiça, reconhece esta área, como uma das poucas em que as reformas tiveram efeitos positivos. "Na acção executiva deram-se passos positivos, como a eliminação de falsas pendências", realça a jurista doutorada em Sociologia.

O presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Mouraz Lopes, também destaca a diminuição das pendências e junta-lhe a maior rapidez das acções de cobrança de dívidas, apesar de sublinhar que ainda é cedo para um balanço. "As acções executivas estão a funcionar melhor", reconhece. O magistrado considera, contudo, que ainda há muito espaço para evoluir. "A cultura do processo civil não se muda por decreto e essa mudança é um processo lento", defende. Mesmo assim, Mouraz Lopes plaude a menor burocracia no processo civil e diz que está a permitir chegar mais rapidamente a uma decisão final.

Paulo Pimenta advogado e membro da comissão que apresentou o anteprojecto do novo código, concorda. Também considera que ainda é cedo para grandes balanços, mas sublinha os sinais "claramente positivos", com menos adiamentos e uma tramitação mais rápida dos processos. "A nova arrumação do código, que foi totalmente renumerado, levantou num primeiro momento algum pânico, mas ultrapassado isso teve um efeito psicológico

importante que potenciou a cultura de mudança", analisa.

Mesmo assim o advogado admite que há normas que não estão a ser aplicadas. "Como as audiências passaram a ser sempre gravadas, os despachos e requerimentos deveriam passar a ser orais acabado-se com as citações para a acta. Mas isso não está a acontecer", reconhece Paulo Pimenta, que atribui a resistência a uma questão meramente cultural.

Lebre de Freitas, professor catedrático de Direito Civil e de Processo Civil e autor de uma vasta obra nesta área, observa que da parte de muitos juizes há uma actuação mais célere, que acredita estar relacionada com um reforço do controlo disciplinar. "Se 30 dias após terminado o prazo previsto para uma determinada decisão o juiz não a tiver dado, tem que justificar no processo o motivo e as secretarias judiciais passaram a ter que enviar uma relação mensal ao Conselho Superior da Magistratura de todos os casos nestas circunstâncias", explica.

Sublinha também que alguns juizes, ainda que uma minoria, está a

aplicar bem o princípio da gestão processual, simplificando as regras processuais adequando-as às especificidades do processo. "Isso permite mais celeridade", avalia.

O professor e consultor jurídico contesta, contudo, uma ideia muito repetida pela ministra da Justiça de que não as decisões judiciais na área civil deixariam de estar condicionadas por motivos meramente formais. "Os prazos previstos no código são extremamente rígidos", nota

Outro membro da comissão de revisão do CPC e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Remédio Marques, destaca a redução das pendências nas acções executivas "em virtude do novo código ter permitido extinguir as execuções inviáveis", a maior celeridade nas penhoras dos depósitos bancários e a maior flexibilidade na tramitação dos processos.

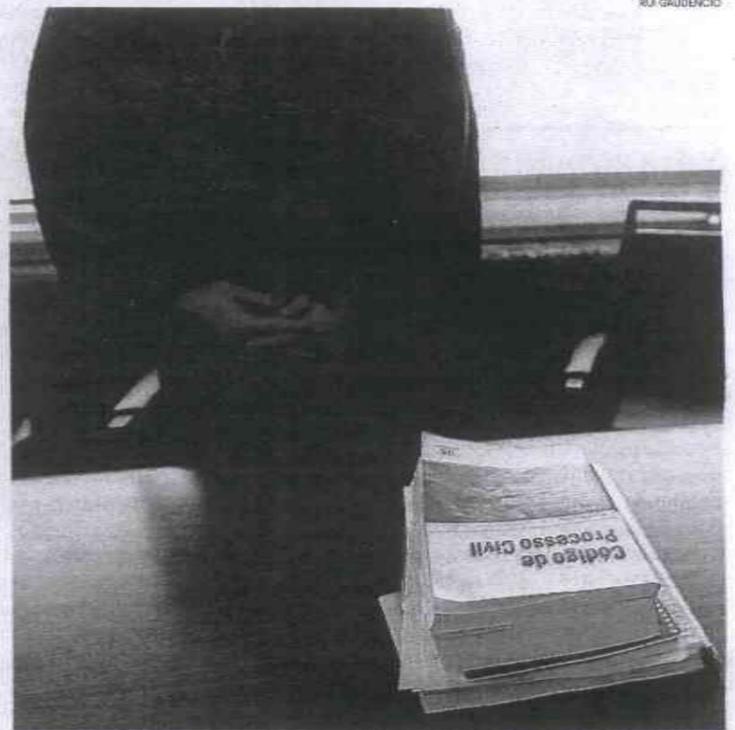
Teresa Rodrigues, da direcção do Sindicato dos Oficiais de Justiça, também considera que os processos cíveis estão mais célere. Já na acção executiva contesta o jogo das estatísticas.

seis juizes presidentes, uma figura essencial no novo mapa, que ficará encarregue de planear a transição do velho para o novo modelo. Conceição Gomes lamenta ainda a rápida formação dada aos responsáveis pela gestão das novas unidades orgânicas e insiste que uma reforma desta natureza precisa de tempo: "Não pode ser feita de forma atropelada, sob pena de daqui a cinco anos estarmos exactamente no mesmo sítio. Continuarmos com reformas inúteis e sem efeitos práticos."

Ao contrário da coordenadora do OPJ, que aplaude a aposta na resolução alternativa de litígios, o presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Mouraz Lopes, acredita no falhanço desta estratégia. "Os casos resolvidos nos julgados de paz, por exemplo, são residuais face ao total de processos pendentes nos tribunais", avalia. O juiz também lamenta os bloqueios existentes na justiça administrativa e fiscal e recorda que as equipas criadas para tratar dos processos fiscais de valor

superior a um milhão de euros "não resolveu nada" e que aqueles tribunais continuam afundados.

Essa realidade parece escondida pelas estatísticas divulgadas pelo Ministério da Justiça, que na quinta-feira anunciou que o número de processos pendentes nos tribunais diminuiu quase 10% em 2013. O ministério reconhece que o principal factor a contribuir para esta redução foi a diminuição de pendência das acções executivas, o que leva os sindicatos a falar de "operação de maquilhagem e de uma engenharia estatística". Carlos Almeida, presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça, diz que esta redução é meramente administrativa, lembrando a grave falta de funcionários judiciais e a falta de definição dos quadros e do funcionamento das secretarias no novo mapa judiciário. Mouraz Lopes também está preocupado com essa indefinição e com a escassez de oficiais de justiça: "É uma das áreas em que é claro que o cobertor não chega para a cama toda."



Processos correm de forma mais célere

RUI GAUDÊNCIO